

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 21 de junho de 2023



Nesta edição:

- **Senado aprova Novo Regime Fiscal com mudanças;**
- **CFT realiza audiência pública sobre regime tributário na aquisição de insumos recicláveis;**
- **Comissão de Viação e Transportes promove Seminário tratando de reforma tributária e desoneração da folha**

Senado aprova Novo Regime Fiscal com mudanças

Aprovado no Plenário do Senado Federal o **Novo Regime Fiscal** (PLP 93/2023), de autoria do Poder Executivo.

Foram **57 votos a favor e 17 contra**, sem nenhuma abstenção, e com a rejeição de todos os destaques.

O texto contempla as alterações constantes no relatório do senador Omar Aziz (PSD/AM) aprovado na manhã de hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que, entre outros pontos, **excepcionou do limite de gastos a complementação das seguintes despesas da União:**

- **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica** e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);
- **Fundo Constitucional do Distrito Federal** (FCDF);
- **Despesas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.**

Essa definição do **novo arcabouço fiscal constitui um passo importante para a redução das incertezas com relação à condução da política fiscal do governo federal**, constituindo os avanços ao texto incentivos para maior controle das despesas federais.

A matéria retornará para a análise da Câmara dos Deputados, em razão das alterações de mérito apostas ao texto.

CFT realiza audiência pública sobre regime tributário na aquisição de insumos recicláveis

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT), da Câmara dos Deputados, realizou **audiência pública para debater o regime tributário na aquisição de insumos recicláveis**.

O debate refere-se ao PL 1800/2021, do Deputado Domingos Sávio (PSDB – MG), que reduz a cumulatividade ao longo da cadeia produtiva de produtos reciclados e consta da Agenda Legislativa da Indústria, 2023.

A audiência contou com a participação de diversos representantes de órgão públicos e entidades representativas da indústria de catadores. **A Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi representada pela Associação Brasileira do Alumínio (Abal)**.

Janáina Donas, presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), relatou a importância desse tema para a indústria do alumínio e para a indústria como um todo. Destacou que, entre os desafios da atividade de reciclagem no Brasil, estão a informalidade, a sonegação e a ausência de disponibilização de crédito para os pequenos empresários investirem.

Citou que a Lei do Bem tentou trazer um tratamento diferenciado em relação à isenção de PIS e COFINS e que o projeto vem dar segurança jurídica para uma estrutura tributária que incentive a reciclagem. Portanto, demonstrou seu apoio as discussões que visam resgatar o princípio da lei, mas aponta e pede atenção para a forma como vai ser feito, onde que vai ser esse incentivo e de que forma será feito para que não gere distorções e insegurança jurídica, como aconteceu recentemente em função de decisão do STF a respeito de lei que estava em vigência por quase 20 anos.

O representante do Ministério do Meio Ambiente afirmou que é favorável ao PL, pois a questão tributária é crucial para o aumento da reciclagem. O setor de reciclagem no Brasil, historicamente está estagnado, apenas 3% são reciclados e o mercado não consegue alavancar o aumento dessas taxas, o regime favorece o aterramento do resíduo.

No mais, **houve convergência entre os demais expositores sobre a importância da aprovação do projeto** para fortalecer e ampliar o setor de reciclagem no país.

Comissão de Viação e Transportes promove Seminário tratando de reforma tributária e desoneração da folha

A Comissão de Viação e Transportes (**CVT**), da Câmara dos Deputados, realizou hoje (21) o **XXII Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas**, em que foram discutidas a reforma tributária e a desoneração da folha de salário.

Deputado Cezinha de Madureira (PSD/SP), presidente da CVT, destacou as dificuldades enfrentadas pelo transporte no Brasil, como a necessidade de subsídios, a sobrevivência das empresas nas regiões metropolitanas e os desafios no transporte de cargas marítimo, terrestre e ferroviário. Ele enfatizou a importância de todos colaborarem para alcançar o objetivo de melhorar o transporte no país.

Deputado Luiz Carlos Hauly (PODE/PR) afirmou que o sistema tributário brasileiro é o maior entrave na economia brasileira. Destacou a necessidade de acabar com as inadequações e inconsistências, citando o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) como uma solução para simplificar e neutralizar a cadeia produtiva. Hauly também falou da importância de eliminar a guerra fiscal e a burocracia hoje existentes.

Manoel Procópio Júnior, Diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do **Ministério da Fazenda**, representando Bernard Appy, destacou que a reforma tributária em discussão corrige problemas históricos da economia brasileira e traz uma revolução nas relações federativas e na cidadania fiscal. Enfatizou que a complexidade tributária prejudica a transparência, produtividade e competitividade, impactando os preços para o consumidor final.

Além disso, reforçou que a complexidade dificulta a atividade empresarial no país. Para estimular investimentos, é mais inteligente promover um ambiente favorável, o que resultará em produção, emprego e crescimento econômico. Procópio também esclareceu que o Brasil possui um contencioso tributário muito maior do que outros países – e que tanto empresários quanto consumidores sofrem com isso. O Governo apoia a iniciativa do Parlamento nessa questão importante para o Brasil.

Adrualdo Catão, Secretário Nacional de Trânsito do **Ministério dos Transportes**, representou o Ministro Renan Filho discursando sobre a importância do setor de transportes e das ações do Governo Federal para melhorar suas potencialidades. Ele enfatizou a deterioração das estradas como um problema que afeta a logística e contribui para o aumento de acidentes fatais no trânsito. Para melhorar o setor de transportes e reduzir essa estatística, é necessário recuperar a infraestrutura rodoviária. Outro ponto abordado foi a retomada dos investimentos, considerada fundamental para recuperar as estradas e atrair

investimentos para o Brasil. O Ministério dos Transportes tem trabalhado nessa direção, tanto em relação às rodovias quanto às ferrovias. Catão ressaltou a importância da reforma tributária para o desenvolvimento do país.

Vander Francisco Costa, Presidente do Sistema **Transporte (CNT, Sest Senat)**, destacou a necessidade de envolver os empresários nas discussões e no desenvolvimento do setor, bem como ressaltou que é essencial implementar a reforma tributária para impulsionar o crescimento econômico do Brasil, beneficiando os consumidores, além de um tratamento adequado para os créditos tributários. Ademais, tratou da importância da votação da desoneração da folha. Por fim, abordou a necessidade de se ter uma legislação específica para o combate ao roubo de cargas, por meio de medidas como bloqueio de estoque e oneração do capital em geral.

Deputado Leônidas Cristino (PDT/CE) mencionou a importância de rever o dimensionamento das rodovias, visando suportar cargas pesadas e melhorar a matriz rodoviária. Colocou-se à disposição para encontrar soluções que melhorem o transporte de cargas nas rodovias, garantindo qualidade e segurança.

Realizaram apresentações, também, **Francisco Pelucio**, Presidente da **NTC&Logística**; **Alessandra Brandão**, Consultora Tributarista da Confederação Nacional do Transporte (**CNT**); **Emerson Casali**, Diretor da **CBPI** - Produtividade Institucional; e **Marcos Aurélio Ribeiro**, Diretor Jurídico da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística - **NTC&Logística**.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:

www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA